

ATA N.º 8 (REUNIÃO PÚBLICA)

---- Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, na Cidade de Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e JOÃO PAULO PINA REBELO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos. ----

OOXXXOO

OOXXXOO

------ A CÂMARA FICOU INTEIRADA. ------

000

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE -----

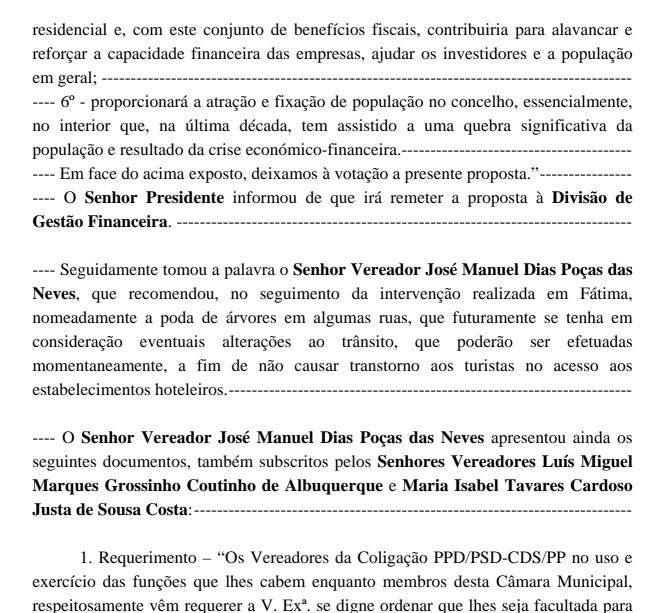
---- De acordo com o que foi deliberado na reunião de 29 de maio de 2015, a Câmara abriu o período para intervenção do público, tendo verificado que não se encontrava presente nenhum munícipe. ------

ooxxxoo



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA					
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor					
Presidente deu seguidamente a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de					
assuntos gerais para a autarquia					
Tomou a palavra o Senhor Vereador João Paulo Pina Rebelo, que apresentou					
os documentos a seguir transcritos:					
1. Recomendação: "Pedido de espaço redatorial - O MOVE - Movimento					
Ourém Vivo e Empreendedor vem solicitar ao Sr Presidente da Câmara que estude					
a hipótese de, no boletim recentemente criado pela Câmara Municipal, o MOVE					
poder vir a ter um espaço para poder divulgar as suas intervenções na Câmara					
Municipal e na Assembleia Municipal					
Ficamos a aguardar uma resposta."					
2. Proposta: "PEDIDO, "COM CARÁTER EXCECIONAL", DA ISENÇÃO do					
IMI, do IMT e da DERRAMA NO ANO DE 2017					
O MOVE – Movimento Ourém Vivo e Empreendedor propõe que "no ano de					
2017 e a título excecional se proceda à isenção do IMI, do IMT e da Derrama" -					
para quem compre ou inicie atividade em todo Concelho de Ourém - baseado nos					
seguintes considerandos:					
1° - o Orçamento do Estado português legitima e autonomiza os Municípios a					
decidirem sobre estas isenções, facto se tornava mais meritório com a sua aplicação,					
em 2017, data das comemorações do centenário das Aparições de Nossa Senhora de					
Fátima que com a vinda do Papa Francisco não só valorizará o Concelho de Ourém,					
como, acima de tudo, o internacionalizará - ainda mais - ;					
2º - a aplicação das isenções de IMI, IMT e Derrama – pela primeira vez – no					
Concelho de Ourém constituía-se como um feito histórico;					
3º - no universo dos 308 municípios portugueses, 109 (mais ou menos 1 terços) já					
aderiram à isenção da derrama, sabendo-se, também, que mais 9% dos restantes, pelas					
mais diversas fundamentações, também se preparam para tomar iguais medidas,					
visando, obviamente, ajudar os seus munícipes a enfrentarem a crise que também se					
abateu e continua a abater sobre os Oureenses;					
4º - com estas isenções, o Município de Ourém, como consequência, não só dá					
provas de dinâmica de mercado como, comprovadamente, terá um efeito					
multiplicador nas receitas no ano de 2018 e subsequentes;					
5° - seria uma oportunidade para a Câmara Municipal de Ourém tomar medidas					
inovadoras que possam facilitar a compra de habitação, promover o Turismo					

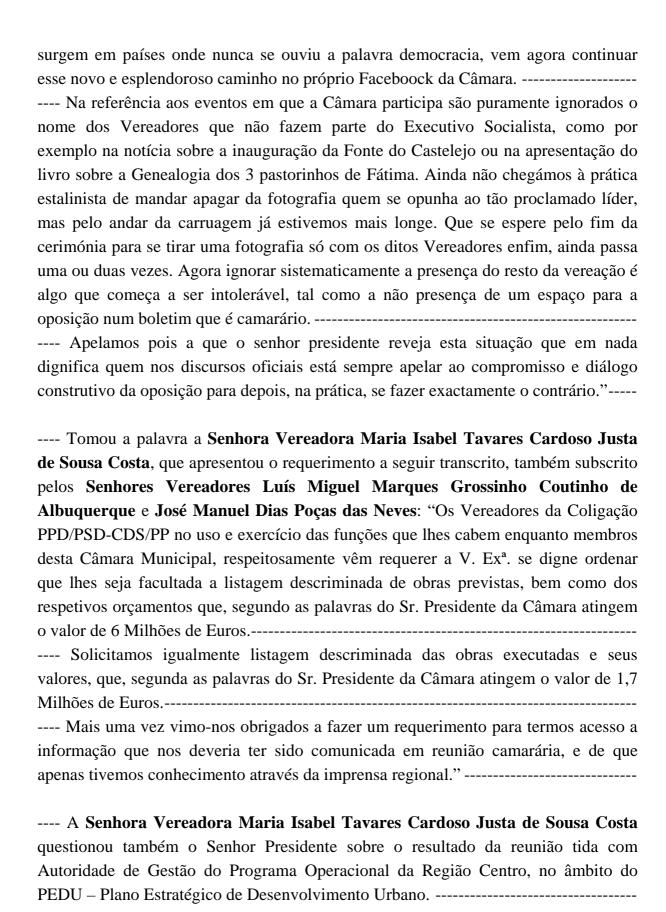




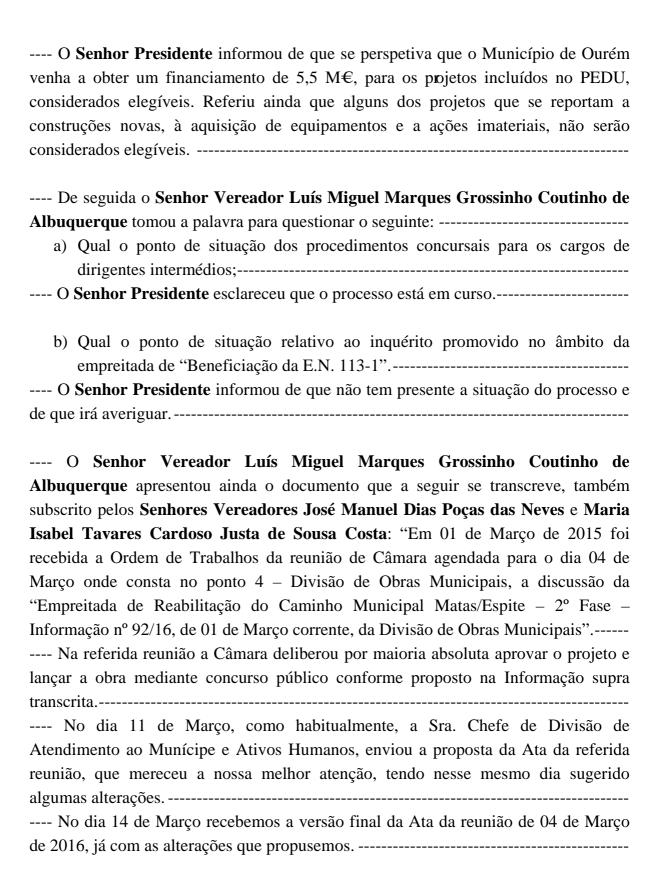
2. Recomendação – "Nestes últimos tempos temos assistido a mudanças significativas na comunicação oficial do município. Não bastava a novíssima publicação "Ourém Município – Informação Municipal" ter explorado no seu primeiro número todos os diferentes ângulos e perspectivas fotogénicas do Senhor presidente da Câmara, tantas foram as fotografias, 17 no total, que saíram nessas doze páginas, eivadas de um louvor incomensurável e de sentido único, como se não houvesse mais Vereadores no Município, fazendo aliás lembrar publicações que

consulta a correspondência enviada e recebida com o Turismo do Centro, na sequência da moção que foi aprovada, por maioria, na reunião de Câmara de 05 de Fevereiro de 2016."------

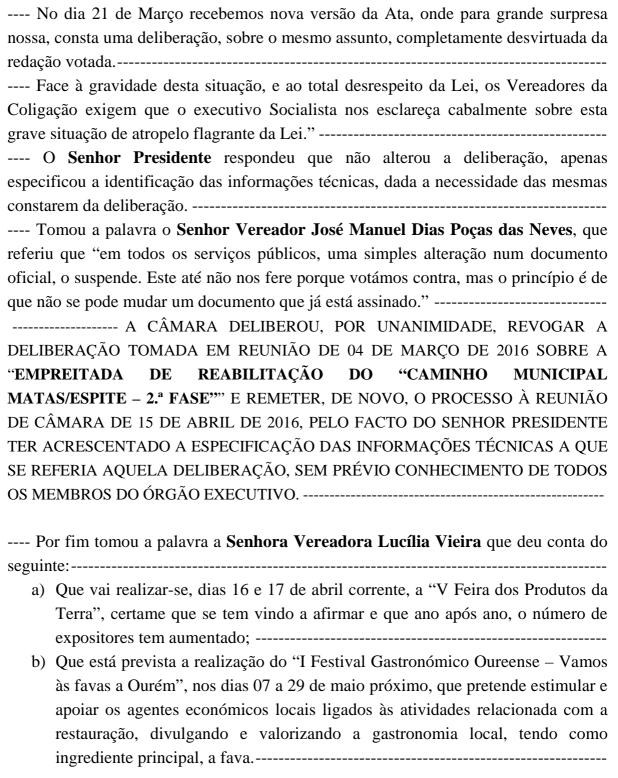




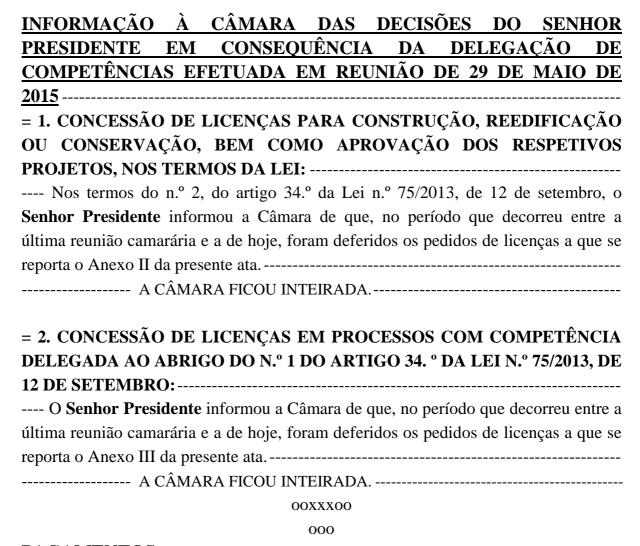








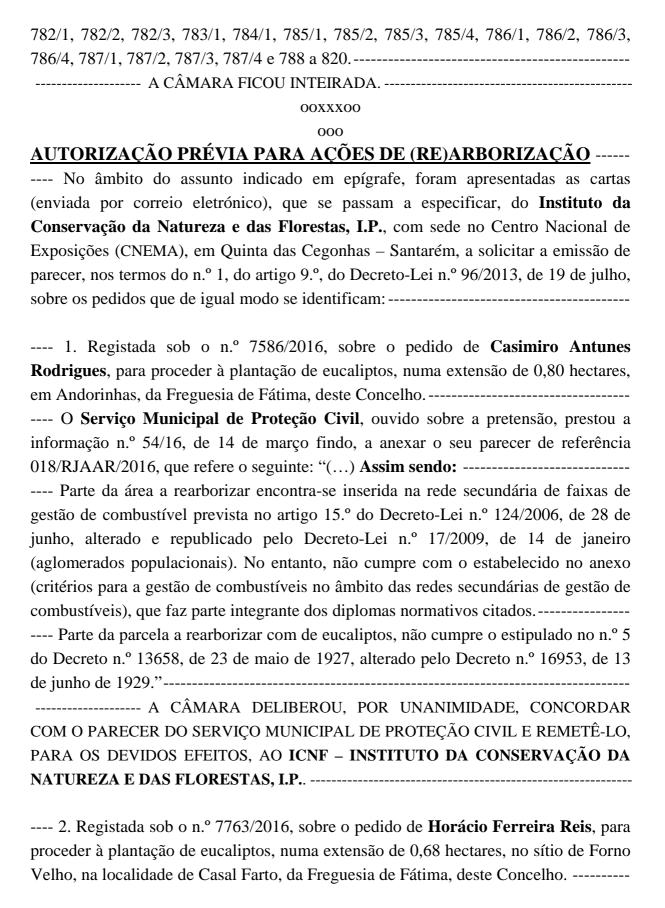




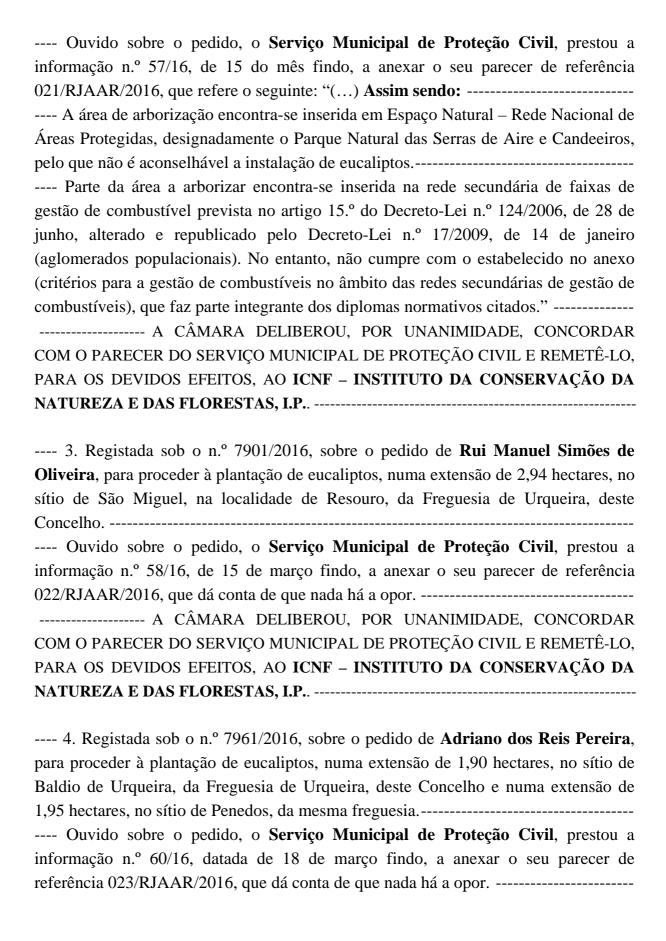
<u>PAGAMENTOS</u> -----

---- O **Senhor Presidente** informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 18 e 31 de março findo, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.389.924,96€:611, 622 a 625, 628, 629, 637 a 756, 759 a 766, 767/1, 767/2, 767/3, 767/4, 767/5, 767/6, 768/1, 769/1, 769/2, 769/3, 769/4, 769/5, 769/6, 769/7, 769/8, 769/9, 770/1, 770/2, 770/3, 770/4, 770/5, 770/6, 770/7, 770/8, 771/1, 771/2, 771/3, 771/4, 771/5, 771/6, 771/7, 771/8, 771/9, 771/10, 772/1, 772/2, 772/3, 772/4, 772/5, 772/6, 772/7, 773/1, 773/2, 773/3, 773/4, 773/5, 775/4, 775/5, 775/6, 775/7, 775/8, 776/1, 776/2, 776/3, 776/4, 776/5, 776/6, 776/7, 777/1, 777/2, 777/3, 777/4, 777/5, 777/6, 778/1, 778/2, 778/3, 778/4, 779/1, 779/2, 779/3, 780/1, 780/2, 780/3, 780/4, 780/5, 780/6, 781/1, 781/2, 781/3, 781/4, 781/5,

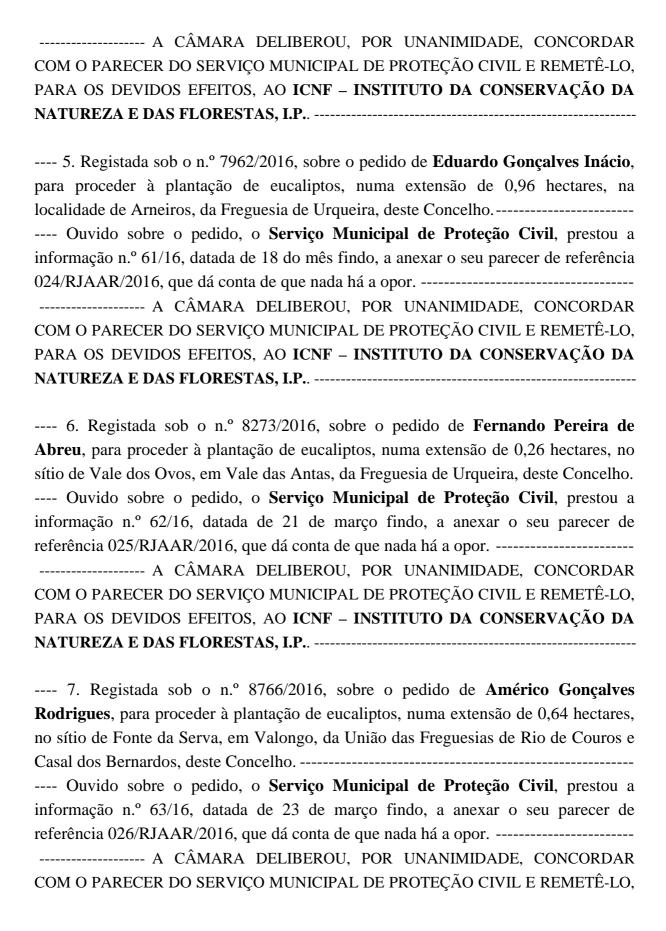




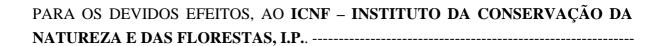




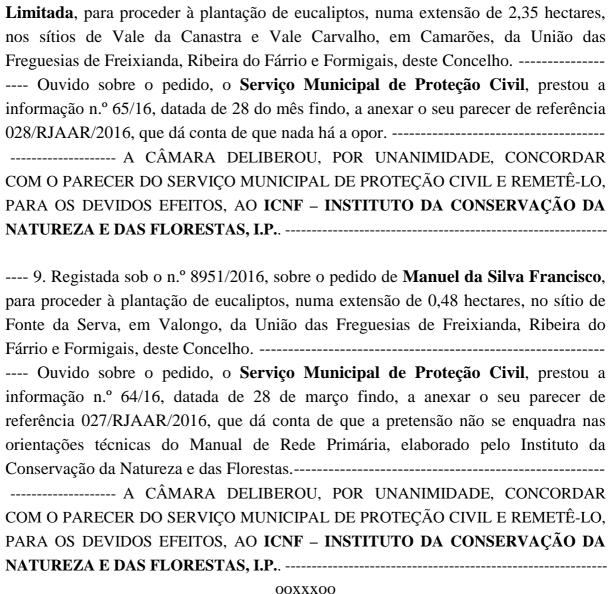








---- 8. Registada sob o n.º 8950/2016, sobre o pedido da firma DESEPLAN,



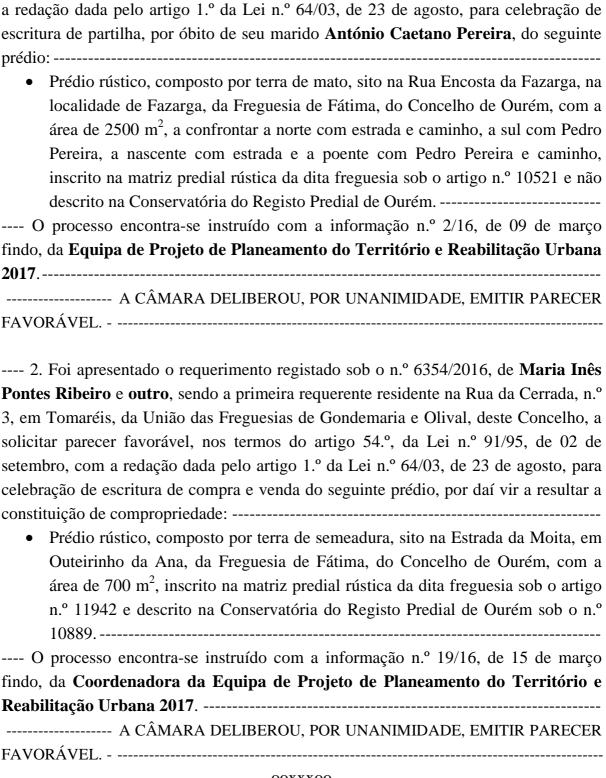
011111

000

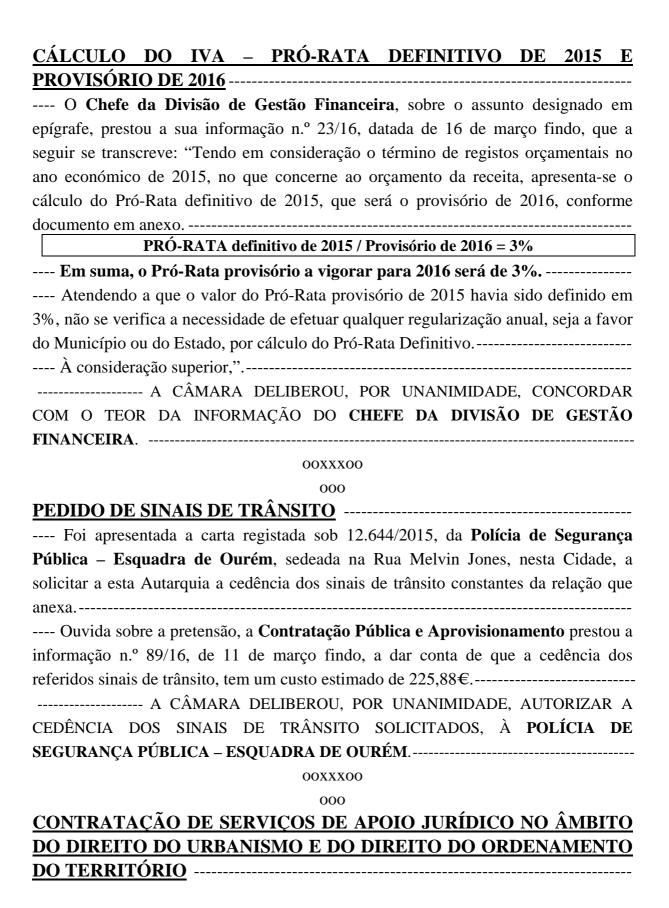
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)

---- 1. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 4498/2016, de **Esmeralda de Oliveira Rodrigues Pena Caetano Pereira**, residente na Rua Cónego Manuel Nunes Formigão, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar parecer favorável, nos termos do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com

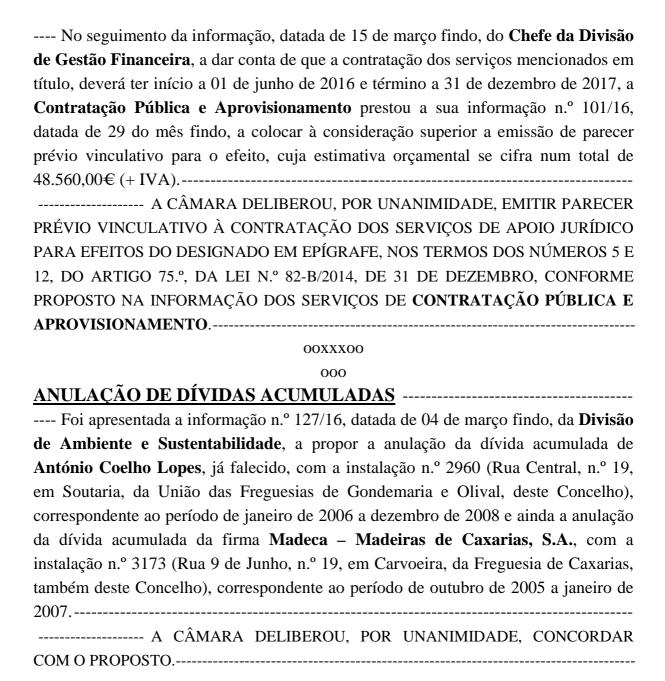












OOXXXOO

000

---- Relativamente ao assunto mencionado em título, na reunião de 16 de janeiro de 2015, na presença da informação n.º 2/15, datada de 13 desse mesmo mês, então prestada pela Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, a Câmara deliberou solicitar à Assembleia Municipal a emissão de declaração de interesse público municipal,



atendendo à necessidade urgente de alargamento da via com consequente
requalificação do cruzamento em questão e bem assim remeter o processo à Divisão
de Planeamento e Ordenamento do Território (à data assim designada) para
providenciar junto da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do
Tejo as respetivas autorizações
Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado com a
informação n.º 15/16, de 03 do mês findo, da Chefe da Divisão de Gestão
Urbanística, que a seguir se reproduz na íntegra: "Na sequência da Beneficiação da
EM 523 na ligação com a ER 349 foi elaborada a minha informação n.º
2/2015/DGU/579
Deu entrada (registo n.º 28049/2015 de 17/11/2015) de um e-mail por parte a
União das Freguesias de Gondemaria e Olival a alertar "para o facto de só ter sido
contemplada uma das duas habitações necessárias para a realização da obra. Nesse
sentido solicitava que os serviços do município desenvolvessem procedimento para a
habitação em falta."
Com esta nova pretensão, a informação interna n.º 2/2015/DGU/579, que abaixo
se transcreve em alguns dos seus pontos passa a ter uma nova redação:
Informação Interna n.º 2/2015/DGU/579
• Pretende-se a beneficiação de um troço junto ao cruzamento entre a ER 349 e
a EM 523 em Ventilharia;
• Para a referida obra é necessário o alargamento da actual faixa de rodagem
para 6 (seis) metros conforme estudo prévio anexo à informação acima
referida;
• O alargamento da faixa de rodagem implica a demolição de uma construção
existente e demolição parcial de outra construção (ver folha 00.03 - Planta de
RAN e folha 01.02 – planta de trabalho);
Nova redação do ponto anterior: O alargamento da faixa de rodagem implica
a demolição de duas construções existentes (ver folha 00.03 – Planta de RAN de
Janeiro de 2016 e folha 01.02-Planta de trabalho de Janeiro de 2016.);
• A "condicionante" para a cedência das áreas para o alargamento, é a
construção de um novo edifício que se propõe com um afastamento de 8 (oito)
metros ao eixo da via (ver folha 01.02 – planta de trabalho);
Nova redação do ponto anterior: "A condicionante" para a cedência das áreas
para o alargamento é a construção de dois novos edifícios onde se propõe um
afastamento de 8 (oito) metros ao eixo da via (ver folha 01.02- Planta de trabalho de
Janeiro 2016):



- - 1. <u>Da parcela:</u> ------
 - 1.1. Ao analisar a imagem abaixo, e consultando o MuniSIG, assim como o limite apresentado pela DEP (folha 00.04 Limite da Parcela), a mesma tem uma área aproximada de **26 500m2**;------



Extrato da carta de ordenamento de RAN e de REN

- ---- Nova redação do ponto anterior: Não é referida qualquer licença de construção na parcela, pelo que analisando as fotografias (desenho 00.00) poderá concluir-se que as construções aqui em causa poderão ser anterior a 1970, enquadrando-se na Deliberação de Câmara de 19/12/2005, portanto isenta de licença de construção.



Contudo seria conveniente juntar a este processo documento comprovativo da data de construção.-----2. Do PDM do Ourém: -----2.1. A parcela insere-se em Espaço Agro-Florestal, Espaço Agrícola, com condicionante de RAN, REN e linhas de água; -----2.2. Pretende-se a demolição da construção existente e a construção de uma nova edificação com as mesmas características da existente em Espaço Agro-Florestal - sem condicionantes (ver folha 00.03 – Planta de RAN);--------- Nova redação do ponto anterior: Pretende-se a demolição das construções existentes e a construção de duas edificações com as mesmas características das existentes em Espaço Agro-Florestal sem condicionantes e em Espaço Agrícola com condicionante da Reserva Agrícola Nacional. -----Nota: Verifica-se aqui que a construção agora pretendida está abrangida por Reserva Agrícola Nacional, assim como próxima de uma linha de água, situação que não acontecia na pretensão inicial. (ver folha 00.03 – Planta de RAN de Janeiro de 2016) 2.3. De acordo com o artigo 57.º do RPDMO é possível a edificação de habitação em Espaço Agro-florestal, contudo a parcela deve ter no mínimo 4ha; ------2.4. Não tendo a parcela área mínima edificável, de acordo com o n.º 1 do artigo 60.º do RPDMO, é permitida a reconversão das edificações existentes, dentro dos usos edificáveis compatíveis com os usos do solo permitidos na secção VIII, do mesmo regulamento;-----2.5. Sempre que não seja observada a dimensão mínima de parcela edificável para novas edificações, a área de implantação, a área de construção e a volumetria preexistentes podem sofrer ajustamentos desde que não resultem aumentos superiores a 10% dos valores preexistentes. Na nova redacção desta norma, resultante da alteração ao PDM em curso, esta percentagem é de 30%; --------- Nova redação do ponto anterior: Sempre que não seja observada a dimensão mínima de parcela edificável para novas edificações, a área de implantação, a área de construção e a volumetria preexistentes podem sofrer ajustamentos desde que não resultem aumentos superiores a 30% - Aviso n.º 460 de 2/2015; ------3. Do RJUE (DL 555/99 de 12/12 com a redacção do DL 136/2014 de 09/09)-----3.1. De acordo com a planta de trabalho 01.02 pretende-se a demolição da

construção existente, por força da intervenção aqui em causa, e a construção de uma nova edificação com as mesmas características da existente; -----

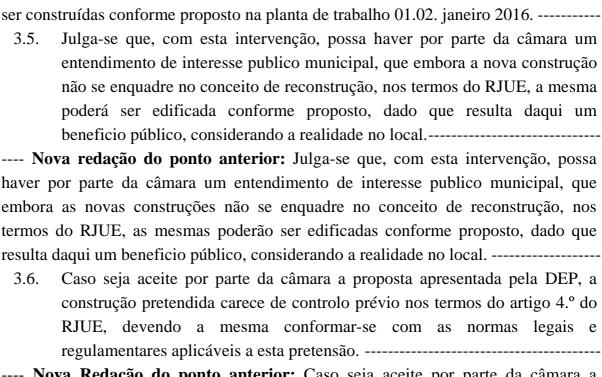


- 3.2. Caso não houvesse interesse por parte da Câmara no alargamento da EM 523, o proprietário da construção poderia intervir na mesma, podendo usufruir do principio da garantia do existente, exposto no artigo 60.º do RJUE "As edificações construídas ao abrigo do direito anterior e as utilizações respectivas não são afectadas por normas legais e regulamentos supervenientes". As licenças de obras de reconstrução ou de alteração destas edificações não podem ser recusadas com fundamento em normas legais ou regulamentares supervenientes à construção originária, desde que tais obras não agravem ou originem desconformidades com as normas em vigor, ou tenham como resultado a melhoria das condições de segurança e de salubridade da edificação (nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do RJUE); ------

- ---- **Nova redação do ponto anterior:** No entanto ao analisar o estudo prévio elaborado por parte da DEP, verifica-se que se pretende a beneficiação da EM 523, melhorando a infra-estrutura pública, criando uma melhor relação entre espaço



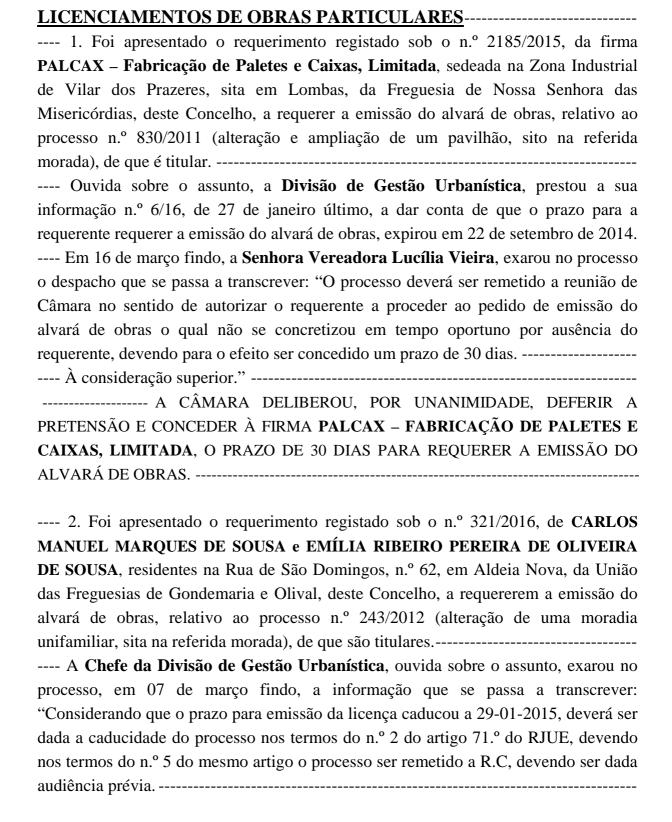
publico e espaço privado, dado que as construções existentes deixam de estar ao limite da plataforma da estrada, ficando mais afastadas caso as edificações venham a ser construídas conforme proposto na planta de trabalho 01.02. janeiro 2016. ------



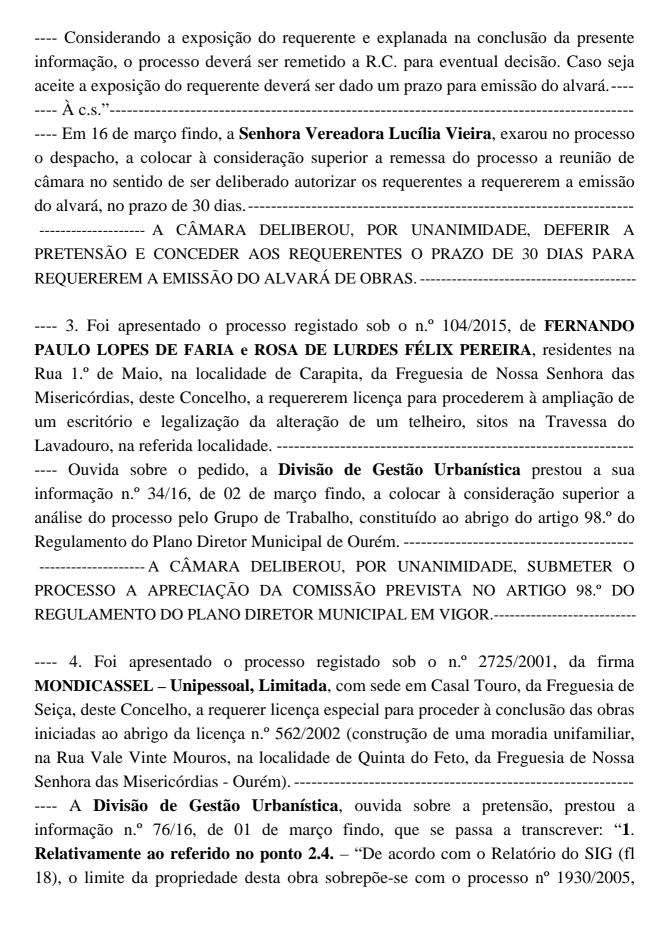


OOXXXOO

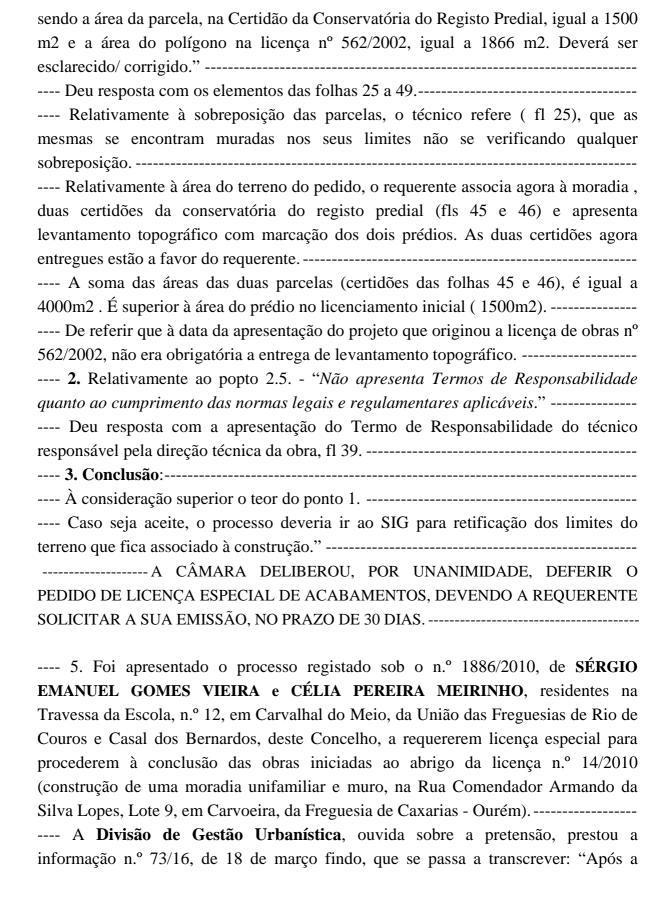
000



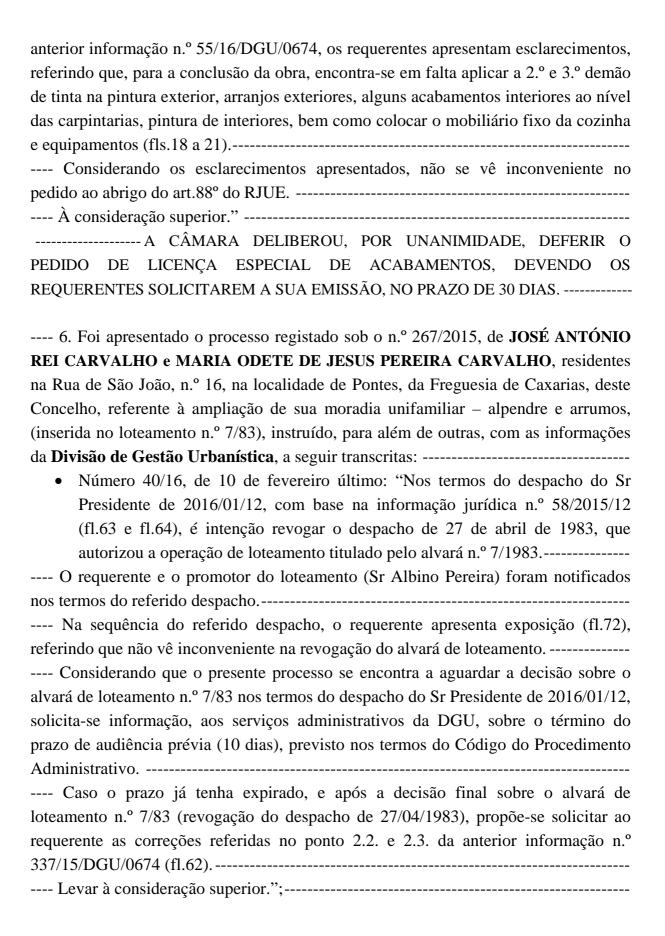




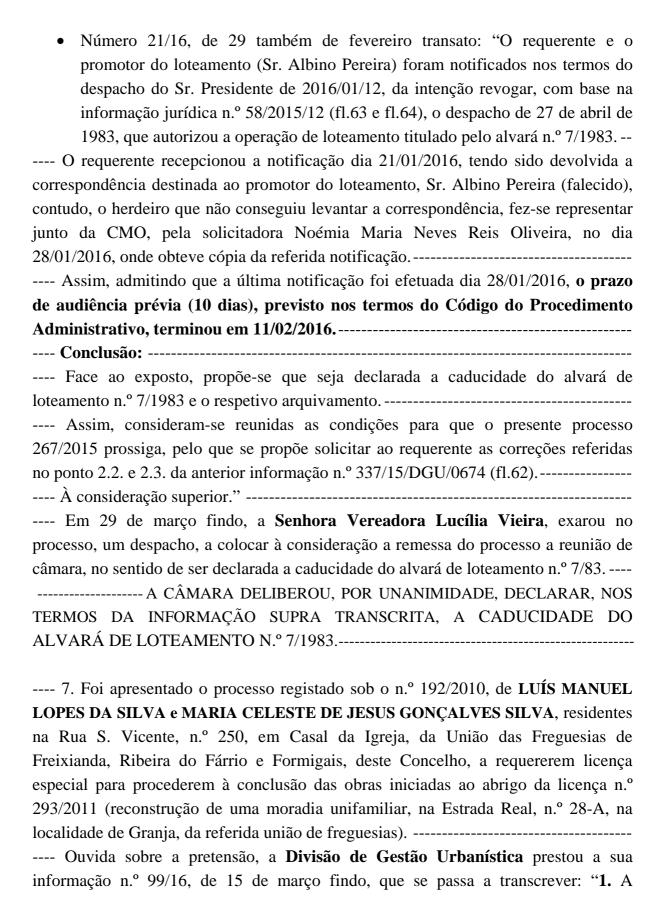




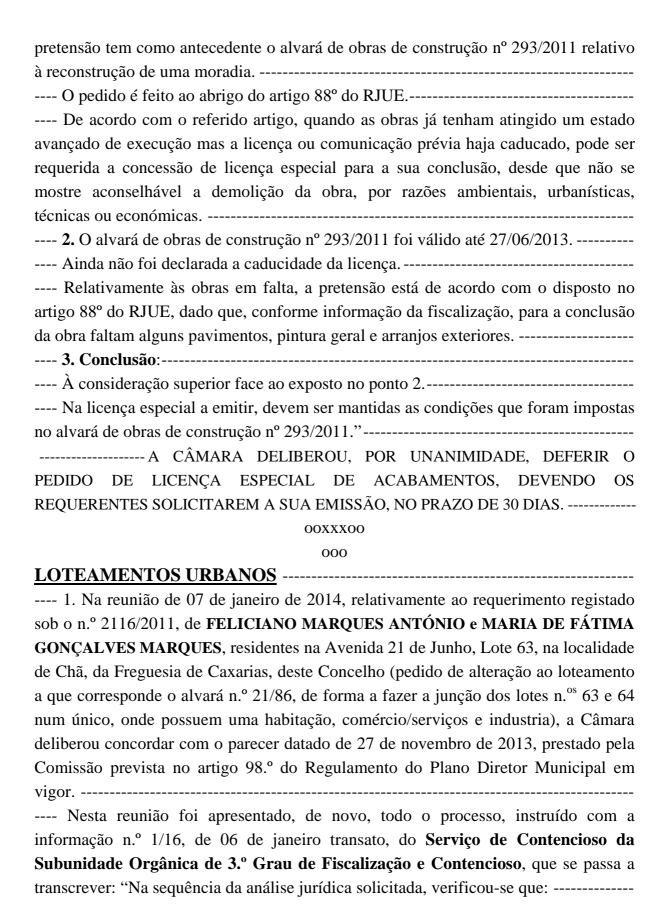






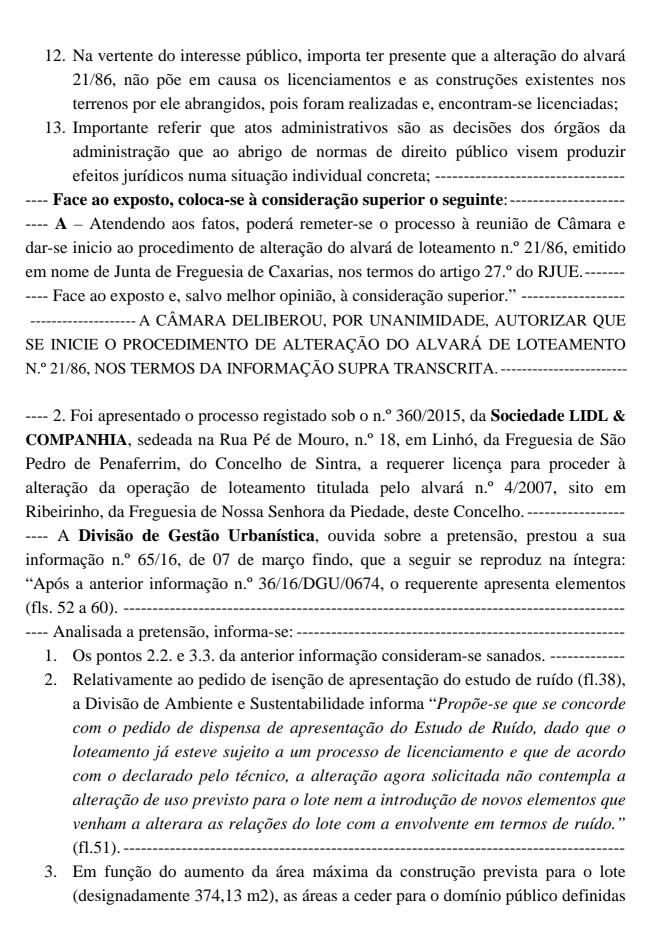


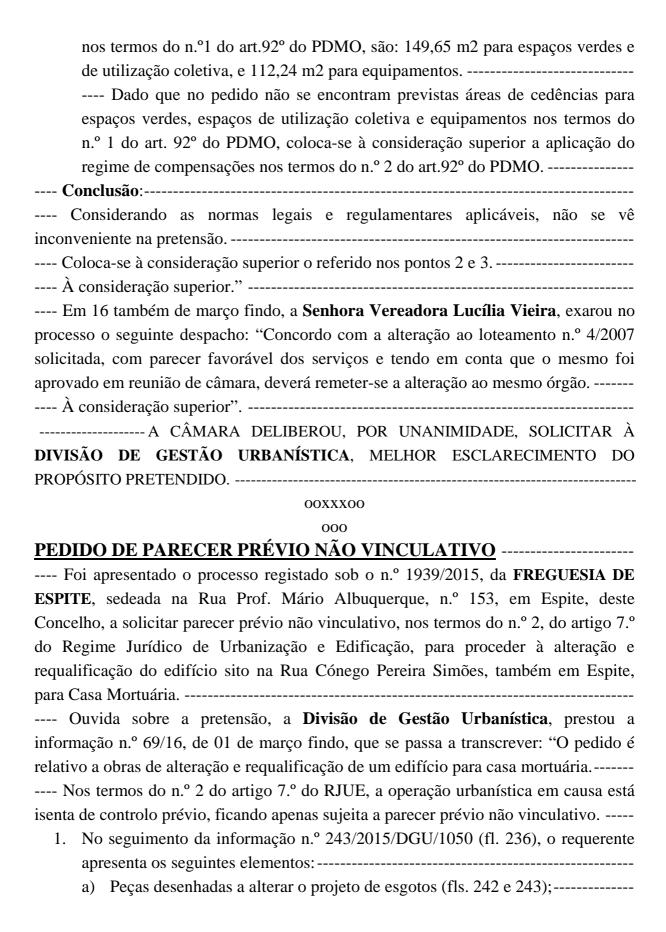




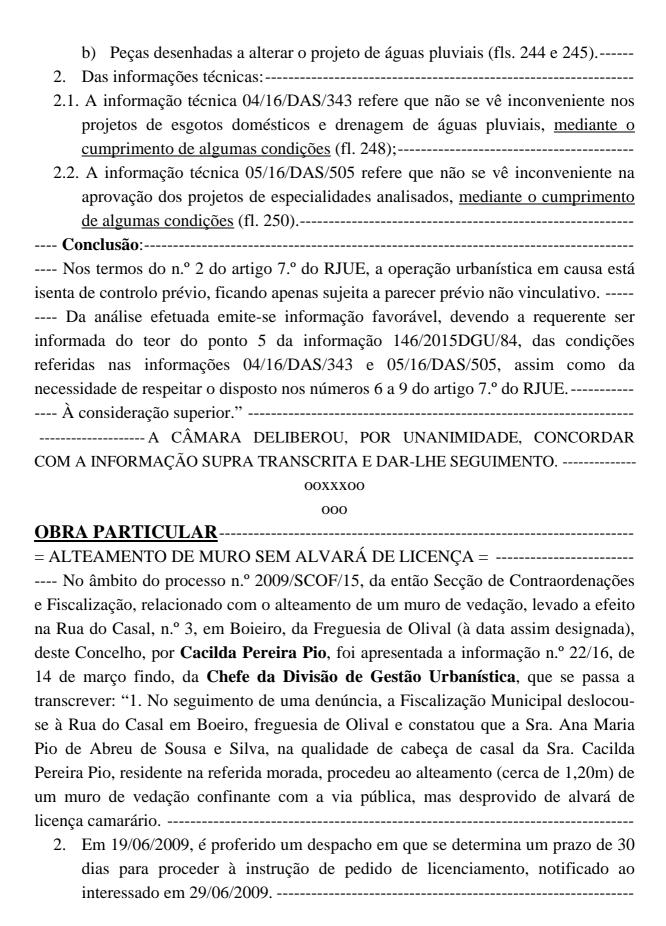
1. O processo em causa se encontra inserido no alvará de loteamento n.º 21/86, e	m
nome de Junta de Freguesia de Caxarias;	
2. Os requerentes do processo são titulares dos lotes nºs 63 e 64, do referi	do
loteamento;	
3. O lote n.º 63 encontra-se registado na conservatória do registo predial sob	О
número 327/19891207, da freguesia de Caxarias e omisso na matriz, com ár	ea
de 990 m2;	
4. O lote n.º 64 encontra-se registado na conservatória do registo predial sob	О
número 328/19891207, da freguesia de Caxarias e omisso na matriz, com ár	ea
de 928 m2;	
5. Os referidos lotes ficaram destinados à construção de habitação e comérc	io,
conforme estipulado no alvará de loteamento;	
6. O requerente efetuou a construção sob os lotes de terreno, sendo que no re-	Śs-
dochão funciona a atividade de comércio, como toda ela licenciada há muit	os
anos e 1.º andar habitação;	
7. Em 20.12.2011 foi apresentado projeto pelos proprietários dos lotes a solicita	r a
alteração do alvará de loteamento n.º 21/86;	
8. A referida alteração consiste no pedido de junção dos dois lotes de que	é
proprietário, isto é, junção do lote 63 e 64 num só;	
9. Tal pedido justifica-se pelo fato do requerente ter verificado que a construç	ão
existente nos lotes não se encontra averbada, isto é, registada junto	da
conservatória, sob os lotes 63 e 64;	
10. No entanto, nunca o requerente poderá, conseguirá efetuar o registo	
construção junto da conservatória, uma vez que a mesma recai sob dois lot	
motivo para não ser aceite o registo;	
11. Assim, no sentido de regularizar o registo da construção na conservatór	
apresentou processo de alteração ao loteamento, a pedir a junção dos dois lo	
num só, porque só assim conseguirá efetuar o registo e legalizar a situação;	
- Analisando:	
• O alvará de loteamento n.º 21/86 desde que foi aprovado já sofreu divers	as
alterações, havendo a eliminação de diversos lotes, sendo que à preser	
data o loteamento tem apenas 90 lotes;	
 Nos mesmos moldes dos processos de junção, de outros lotes 	
loteamento referido, deverá dar-se inicio a um processo de alteração	
loteamento com a finalidade de proceder à junção dos dois lotes indicad	
num só;	







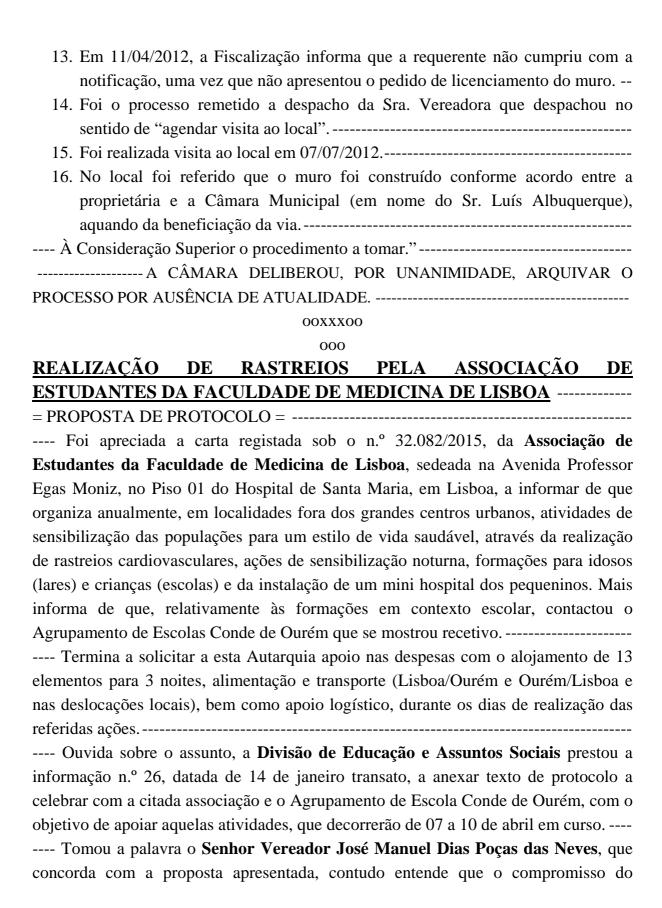




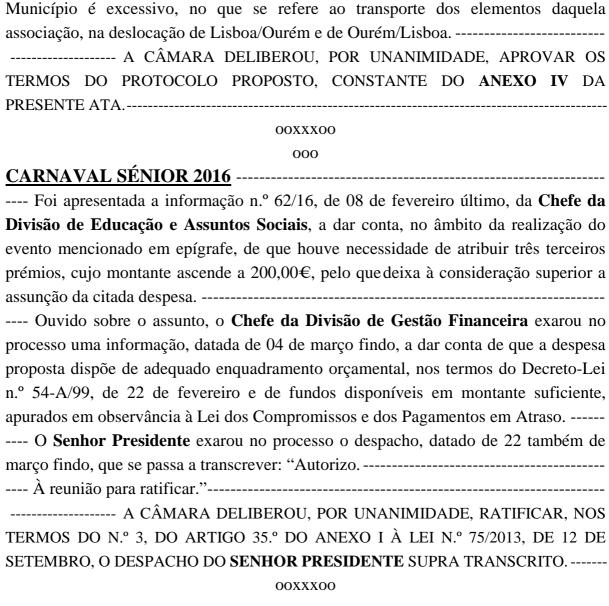


3.	tendo-lhe sido concedida por 60 dias, através do ofício nº 12367 de 14/08/2009				
4.					
5.	O projeto apresentado foi objeto de análise técnica, sendo que os mesmos informaram o seguinte:				
	"Os elementos apresentados, junto à entrada n.º 25054/2009 (registo SGD) não correspondem ao pedido de licenciamento exigível nos termos do RJUE e solicitado por despacho de 19/06/2009				
	Considerando que as obras em causa carecem de licenciamento nos termos do RJUE (al. c) do n.º 2 do art.º 4.º), deve ser instruído o respetivo pedido de licenciamento, com os elementos constantes no n.º 11 da Portaria n.º 232/2008 de 11/03, junto da Divisão de Ordenamento do Território da Câmara Municipal."				
6.	Através do ofício n.º 9612 de 10/08/2010, foi a requerente notificada para no prazo de 60 dias proceder à instrução de pedido de licenciamento devidamente instruído.				
7.					
8.	Sobre esta exposição foi despachado, a 15/11/2010, no sentido de "instruir processo de licenciamento, em nome da cabeça de casal, pelos factos agora apresentados. O muro em causa pela altura que apresenta, prejudica a estética da via em termos urbanísticos". Notificada através do ofício n.º 102 de 06/01/2011				
9.	Em 18/04/2011 a Fiscalização informa que não foi dado cumprimento à notificação				
10.	Conforme despacho da Sra. Vereadora de 02/05/2011, foi ordenada a convocatória da requerente para uma reunião, nessa reunião ficou esclarecido que o processo de contraordenação foi arquivado mas o processo de regularização continua a decorrer				
11.	Em 25/05/2011, foi a requerente, novamente, notificada para no prazo de 30 dias instruir pedido de licenciamento.				
12.	Solicita novas prorrogações em 04/07/2011 e 10/12/2011, tendo as mesmas sido concedidas em 22/07/2011 e 12/01/2012, respetivamente				









000

MOVIMENTO ANUAL DA REDE ESCOLAR PARA 2016/2017 -----

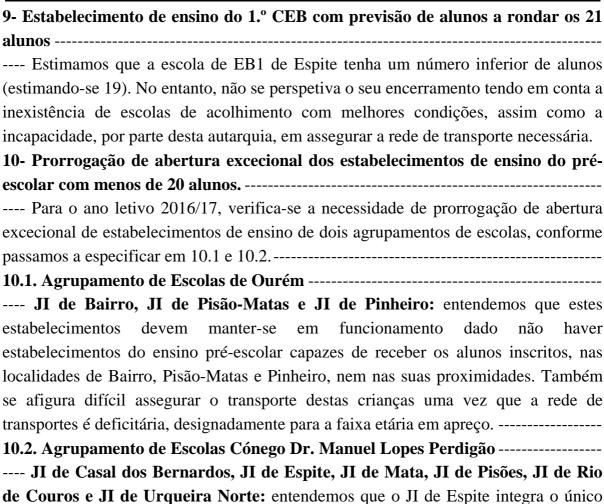
---- No âmbito do assunto mencionado em título, em face de carta enviada por correio eletrónico no dia 10 de março findo, da **Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares**, foi apreciada a informação n.º 129/16, de 21 de março findo, da **Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais**, que a seguir se reproduz na íntegra: "Na sequência do pedido de informação referente ao movimento anual da rede escolar, para a educação pré-escolar e escolas básicas do 1.º ciclo, e de acordo com o procedimento habitual, consultámos os diretores dos agrupamentos de escolas para se proceder a uma análise conjunta do número de alunos estimados para o próximo ano letivo, em função de cada equipamento educativo e nível de ensino. Desta reflexão e



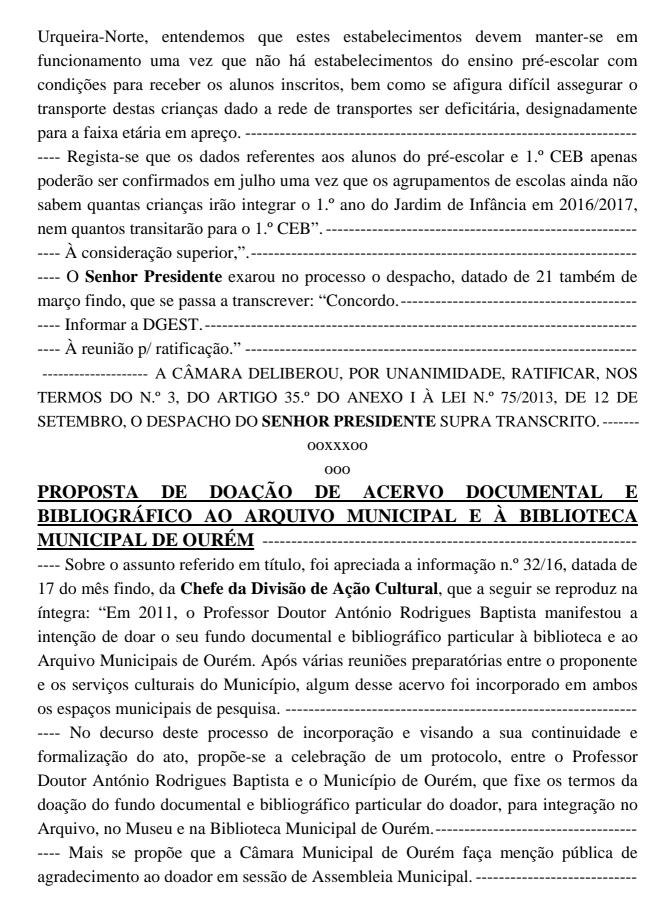
•	•	•		recções de escolas remete-se a V. Ex.
	•			os seguintes termos:
				e e m resposta ao vosso email datado de
				V.ª Ex.ª a proposta do Município de
				nsino pré-escolar
				básico
				nsino do 1.º ciclo do ensino básico
3 - Criação de es	scolas do 1.º cic	do do ens	sino	básico com jardim de infância
				ensino do 1.º ciclo do ensino básico com
jardim de infânci	a			
_		_		eração de denominação)
				e escola
5 - Extinção de o	escolas			
Propomos a e	extinção do segu	iinte estal	belec	eimento escolar:
Jardim d	de Infância (JI) ou			Estabelecimento de acolhimento
Escola bási	ca do 1.º ciclo (EB1))		
JI de Vale Travesso encerrar	: estabelecimento de	e ensino a	EB1/J	I de Pinheiro
6 - Reativação d	e escolas		<u> </u>	
				ão/numeração de JI/escola
	_		_	excecional para manter escolas do 1.º
_				15/2016
No âmbito d	a aplicação da l	Portaria,	refer	rente ao encerramento de escolas do 1.º
				ando o facto de algumas das escolas
				cola de acolhimento em condições de
•		•		solicita-se a V. Ex.ª autorização para
		•		2016/2017, as seguintes escolas, pelos
motivos referidos				
Freguesia	Escola a manter	Escola def para acolhime		Motivo para manutenção por mais um ano
Urqueira	EB1 de Mata			Ainda não há condições para efetuar o transporte e os estabelecimentos de ensino mais próximos



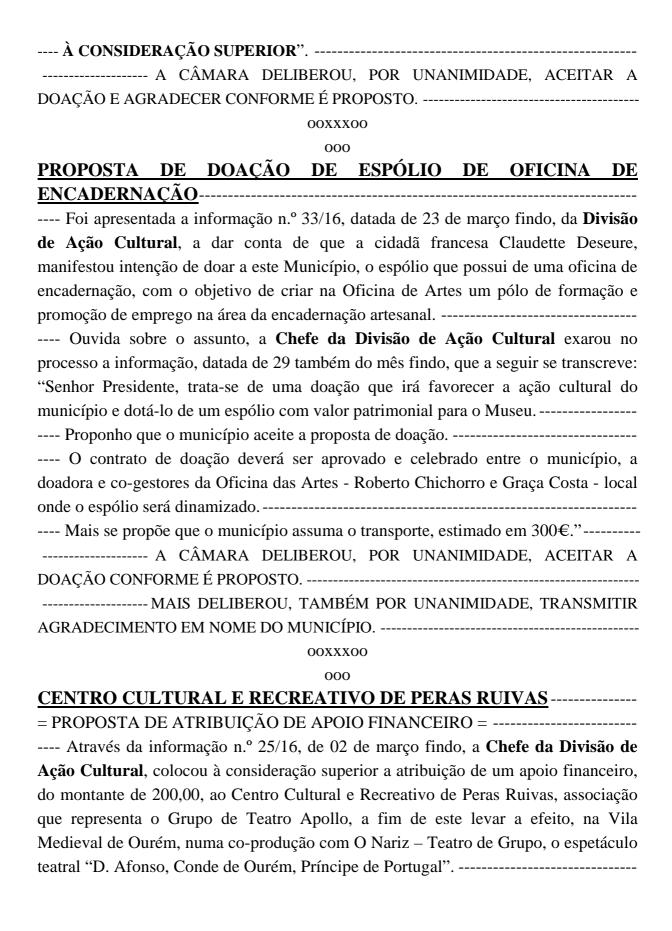
		não reúnem as condições para receber estes alunos. Estima-se que irá ter 20 alunos no próximo ano.
Caxarias	EB1 de Pisões	Ainda não há condições para efetuar o transporte e é necessário requalificar o estabelecimento de ensino mais próximo, entenda-se o da Carvoeira, para receber os alunos. Estima-se que irá ter 18 alunos no próximo ano.
N.ª S.ª da Piedade	EB1 de Vale Travesso	Estima-se que irá ter 13 alunos no próximo ano e que ainda não há condições para efetuar o transporte.
União das Freguesias de	EB1 de Pisão	Estima-se que no próximo ano irá ter 20 alunos e que os estabelecimentos de ensino mais próximos não reúnem as condições para receber estes alunos.
Matas e Cercal	EB1 de Cercal	Estima-se que no próximo ano irá ter 22 alunos e que os estabelecimentos de ensino mais próximos não reúnem as condições para receber estes alunos.



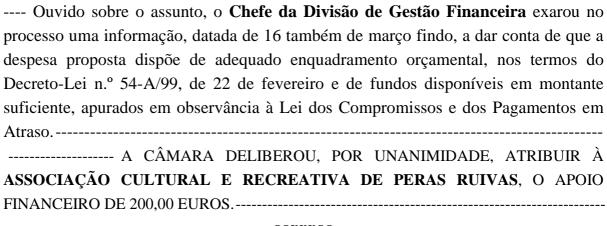
equipamento educativo da freguesia e não tem rede de transportes para alunos deste escalão etário. No que se refere aos JI de Casal dos Bernardos, Mata, Pisões e











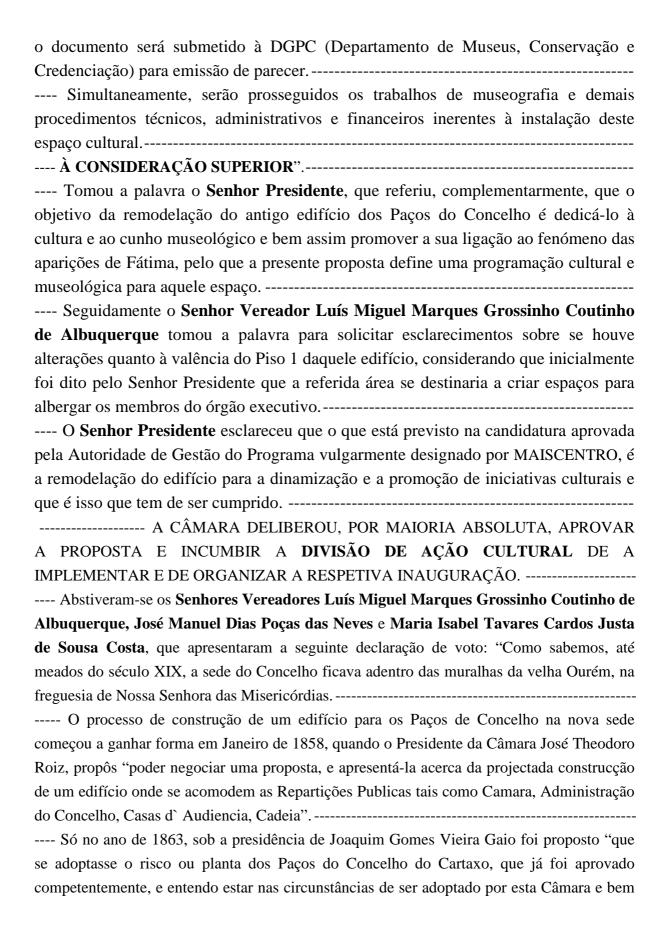
ooxxxoo

000

PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO CULTURAL E MUSEOLÓGICA DO ANTIGO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO------

---- No âmbito do assunto mencionado em epígrafe, a Chefe da Divisão de Ação Cultural prestou a sua informação n.º 34/16, de 24 de março findo, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: "No âmbito do processo de remodelação do antigo edifício dos Paços do Concelho, enquadrando a sua valência cultural, ao abrigo da candidatura ao programa de financiamento PORC "Equipamentos para a coesão local" – Eixo III e, considerando o Museu Municipal como museu da Rede Portuguesa de Museus, elaborei proposta de programação para o edifício em apreço, a qual submeto à consideração superior. --------- As características físicas do edifício e as necessidades funcionais do município ao nível da ação cultural determinaram uma programação assente em dois propósitos funcionais espacializados: um conjunto de espaços com uma valência expressamente museológica (salas de exposições, centro de documentação etc...) e uma valência cultural mais ampla, inclusivamente com lugar a receções oficiais.--------- A programação em proposta teve ainda presente a informação e o acervo museológico disponíveis, devidamente enquadrados no edifício (dimensão temática e histórica) e respetivo propósito funcional. A promoção do espaço, a partir das potencialidades turísticas associadas a Fátima deve ser enquadrada num projeto abrangente e integrador. Trata-se da implementação do roteiro dos três Pastorinhos de Fátima, através da interpretação dos vários espaços (de Fátima e Ourém) que materializam a sua presença no concelho. O edifício dos Paços do Concelho será um dos núcleos do roteiro. ---------- O programa, proposto em anexo, requer apreciação e aprovação em reunião de Câmara, com os contributos que se entendam oportunos e vantajosos. Seguidamente,





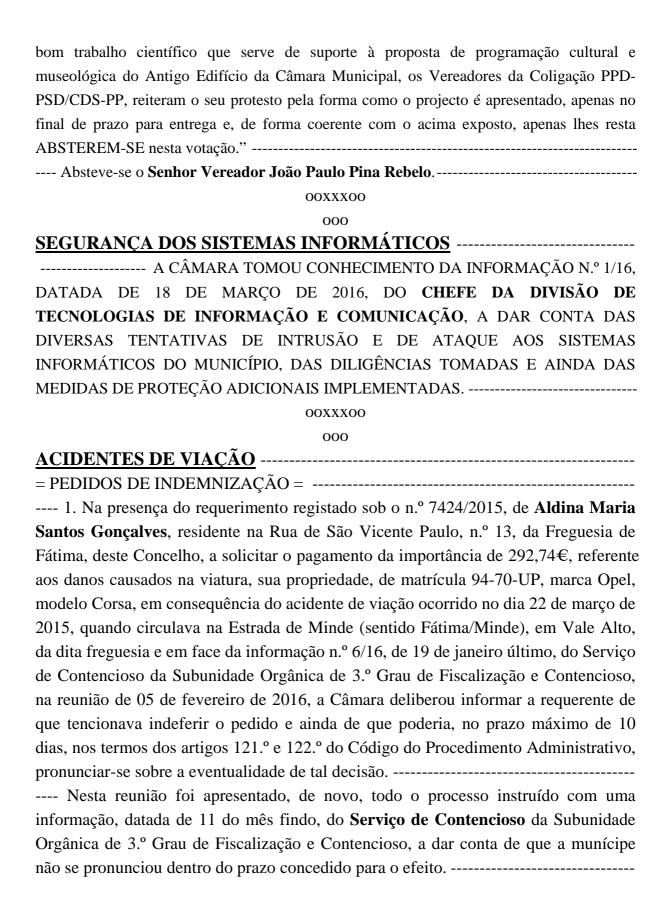


caber no local designado para essa construcção; o que tudo sendo ponderado pela Câmara aprovou e adoptou o risco dos Paços do Concelho do Cartaxo."--------- Não querendo ser fastidioso na apresentação dos problemas com a edificação dos Paços do Concelho, certo é que a mudança se fez em 1875, sem grande aparato, até para não ferir as susceptibilidades dos habitantes da velha Ourém. ---------- Em 1947, foi aprovado o projecto da ampliação do edifício dos Paços do Concelho, da autoria do arquitecto Vasco de Morais Palmeiro (Regaleira), sendo Presidente da Câmara António Castelino de Sousa e Alvim. ---------- Não tendo tido tempo para nos debruçarmos em pormenor sobre o programa cultural e museológico deste antigo edifício da Câmara Municipal, nem sabendo os prazos para o documento ser submetido ao Departamento de Museus, Conservação e Creditação, esperávamos que não tivesse sido apresentado em cima do prazo final, permitindo assim contributos para o que se nos afigura muito importante para o município. ---------- Não pondo nunca em causa a pertinência deste projecto, se estamos a falar de um núcleo museológico, apenas com uma sala para a recepção a entidades convidadas, qual foi a necessidade de se mandar fazer um "passadiço" de ligação que supostamente permitiria uma maior facilidade de comunicação dos serviços? --------- Em relação ao que nos foi apresentado, e saudando o excelente trabalho/programa apresentado pelo DAC, chefiado pela Dr.ª Ana Saraiva, levantam-se-nos algumas questões iniciais que conduzem inevitavelmente a outras de pormenor técnico.--------- O que se pretende de facto fazer no edifício dos antigos Paços do Concelho? --------- Muitos museus morrem a partir da inauguração. É preferível ter uma boa exposição a ter um mau museu. Não chamamos ao Centro de Saúde, um Hospital. Para ser museu tem de ter conservadores e pessoal, que estudem, investiguem e divulguem um conceito temático atraente, interactivo e enquadrado.--------- Pretende-se um museu Municipal ou um Museu Local? Um museu Municipal tem de representar o município, nos seus vários aspectos (vários núcleos), haver uma identificação em toda a sua vertente municipal.--------- O projeto é interessante na ligação com vários outros núcleos, mas não conseguimos por exemplo perceber se há ou não uma gestão a partir do edifício da antiga Câmara, que anime todos os outros núcleos, ou se os mesmos são autónomos. O que podemos perceber na página 3 é que se trata de mais um núcleo museológico, o que nos parece (e estamos a analisar apenas baseados no que lemos) redutor. ---------- Subentende-se que um dos caminhos apontados nas exposições por sala são as unidades museológicas de síntese. Mas, se este é o caso, parece-nos que o fio condutor é ténue. Apontando só um ou dois exemplos. ------

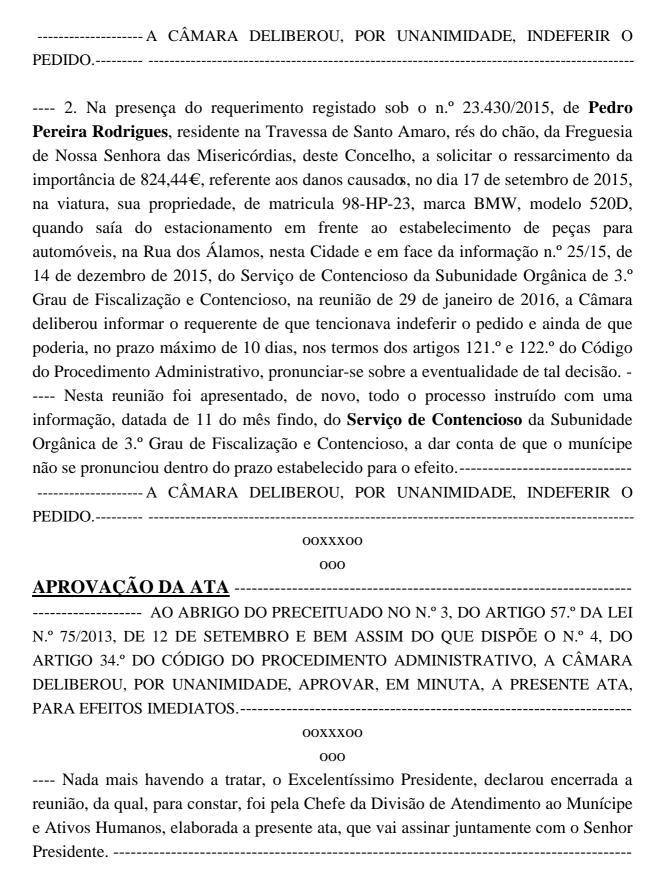


---- Sendo bastante feliz no título escolhido, "Paços da Memória", apenas aponta na página 4 a municipalidade e a cadeia com os pastorinhos no campo temático. ---------- Fala do municipalismo mas deixa de lado aspectos que nos diferenciam de outros municípios e que podiam ser uma mais-valia. Cito por exemplo a conquista de Ourém por D. Afonso Henriques e a doação a sua filha da vila (a primeira a ser doada a uma princesa); os episódios significativos para a história de Portugal de D. Mécia e do Conde Andeiro; o condado a D. Nuno Álvares Pereira; a acção de D. Afonso, IV conde de Ourém; a terceira invasão francesa; as lutas liberais para depois se chegar à República e fazer a ligação às Aparições. Tratar-se-ia assim de um núcleo museológico que funcionaria como primeira sala de visitas de toda uma região, abrindo o seu espaço a aulas interactivas das escolas, alterando um pouco o que é proposto para o rés-do-chão deste edifício (como vem na página 28).--------- Para além disso há uma pergunta chave a fazer: Há alguém que venha de propósito a Ourém para ver este espaço museológico? --------- A resposta é complexa e deve ser discutida e analisada, até porque não concordamos inteiramente com a análise que é feita sobre a cadeia e que nos deve merecer, enquanto autarquia, uma ponderação científica. --------- Há documentação quase inédita que nos pode ajudar nesse trabalho de divulgação (saúda-se por exemplo o esforço na obtenção de parte dos negativos de vidro de António Passaporte). -----Quanto à sectorização e programa funcional dos espaços há, parece-nos, alguns contributos e reflexões que ainda devem ser feitos. Por exemplo, o arquivo da Câmara irá funcionar todo neste espaço ou fica repartido? --------- Não percebemos porque é que é proposto no Salão Nobre da exposição de parte da obra de Roberto Chichorro. Trata-se de misturar temáticas diversas devendo isso sim arranjar-se um espaço digno (não neste edifício) reservado às obras e divulgação deste grande artista lusófono e escolher uma das suas obras mais significativas para decorar o dito Salão Nobre. Há obras de artistas ourienses que deveriam também ser enquadradas, dando a conhecer a diversidade cultural do concelho ao longo dos tempos, não só ao nível da pintura, mas também ao nível da literatura, música, etc...---------- Sobre a proposta de uma sala retrospectiva da acção autárquica não conseguimos perceber muito bem os seus objectivos, pelo que esperávamos poder ainda ser mais bem esclarecidos sobre estes e outros pontos do programa de forma a contribuir de forma oportuna e vantajosa para o projecto, como aliás era pedido pela Dr.ª Ana Saraiva.--------- Infelizmente, e como já vem sendo norma com este Executivo Socialista, o projeto é-nos apresentado como um facto consumado que precisa de ser aprovado como está, para ser submetido ao Departamento de Museus, Conservação e Creditação. Embora reconhecendo o

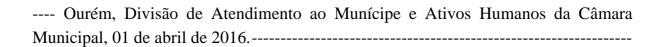












O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 01/04/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 7586/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Casimiro Antunes Rodrigues;
 - 2. Carta registada sob o n.º 7763/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Horácio Ferreira Reis;
 - 3. Carta registada sob o n.º 7901/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Rui Manuel Simões de Oliveira;
 - 4. Carta registada sob o n.º 7961/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Adriano dos Reis Pereira;
 - 5. Carta registada sob o n.º 7962/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Eduardo Gonçalves Inácio;
 - 6. Carta registada sob o n.º 8273/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Fernando Pereira de Abreu;
 - 7. Carta registada sob o n.º 8766/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Américo Gonçalves Rodrigues;
 - 8. Carta registada sob o n.º 8950/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido da firma DESEPLAN, Limitada;
 - 9. Carta registada sob o n.º 8951/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel da Silva Francisco.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Ampliação do número de compartes:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 4498/2016, de Esmeralda de Oliveira Rodrigues Pena Caetano Pereira, sobre prédio sito na localidade de Fazarga Freguesia de Fátima;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 6354/2016, de Maria Inês Pontes Ribeiro e outro, sobre prédio sito na Estrada da Moita, em Outeirinho da Ana Freguesia de Fátima.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA



= Cálculo do IVA - Pró-Rata definitivo de 2015 e provisório de 2016 - Informação n.º 23/16, de 16 de março, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Pedido de sinais de trânsito Carta registada sob o n.º 12.644/2015, da Polícia de Segurança Pública Esquadra Destacada de Ourém;
- = Contratação de serviços de apoio jurídico no âmbito do direito do urbanismo e do direito do ordenamento do território Informação n.º 101/16, datada de 29 de março, da Contratação Pública e Aprovisionamento.

4. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

= Anulação de dívidas acumuladas – Informação n.º 127/16, de 04 de março, da Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade.

5. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Beneficiação do cruzamento entre a E.R. 349 e a E.M. 523, em Ventilharia Olival União das Freguesias de Gondemaria e Olival Informação n.º 15/16, datada de 03 de março de 2016, da Chefe da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
- = Licenciamentos de obras particulares:
 - Requerimento registado sob o n.º 2185/2015, da firma Palcax Fabricação de Paletes e Caixas, Limitada, instruído com a informação n.º 6/2016, de 27 de janeiro último, da DGU;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 321/2016, de Carlos Manuel Marques de Sousa e Emília Ribeiro Pereira de Oliveira de Sousa, instruído com a informação n.º 24/2016, de 26 de fevereiro último, da DGU;
 - 3. Processo registado sob o n.º 104/2015, de Fernando Paulo Lopes Faria e Rosa de Lurdes Félix Pereira, instruído com a informação n.º 34/16, de 02 de março, da DGU;
 - 4. Processo registado sob o n.º 2725/2015, da firma Mondicassel, Unipessoal, Limitada, instruído com a informação n.º 76/16, de 01 de março, da DGU;
 - 5. Processo registado sob o n.º 1886/2010, de Sérgio Emanuel Gomes Vieira e Célia Pereira Meirinho, instruído com a informação n.º 73/16, de 18 de março, da DGU;
 - 6. Processo registado sob o n.º 267/2015, de José António Rei Carvalho e Maria Odete de Jesus Pereira Carvalho, instruído com a informação n.º 21/16, de 29 de fevereiro transato, da DGU;
 - 7. Processo registado sob o n.º 192/2010, de Luís Manuel Lopes da Silva e Maria Celeste de Jesus Gonçalves Silva, instruído com a informação n.º 99/2016, de 15 de março, da DGU:

= Loteamentos Urbanos:

- 1. Requerimento registado sob o n.º 2116/2011, de Feliciano Marques António e Maria de Fátima Gonçalves Marques, instruído com a informação n.º 1/16, de 06 de janeiro transato, do Serviço de Contencioso da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso;
- 2. Processo registado sob o n.º 360/2015, da Sociedade Lidl & Companhia, instruído com a informação n.º 65/16, de 07 de março, da DGU.
- = Pedido de parecer prévio não vinculativo Requerimento registado sob o n.º 1939/2015, da Freguesia de Espite, instruído com a informação n.º 69/16, de 01 de março, da DGU;
- = Obra particular Alteamento de muro sem alvará de licença Processo n.º 2009/SCOF/15, de Ana Maria Pio de Abreu de Sousa e Silva, cabeça de casal da herança de Cacilda Pereira Pio, instruído com a informação n.º 22/2016, de 14 de março, da DGU.



6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Realização de rastreios pela Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa
- Proposta de protocolo Carta registada sob o n.º 32.082/2015, da associação;
- = Carnaval Sénior 2016 Informação n.º 62/16, de 08 de fevereiro de 2016, da Chefe da Divisão e Educação e Assuntos Sociais;
- = Movimento anual da rede escolar para 2016/2017 Carta enviada por correio eletrónico no dia 10 de março de 2016, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

7. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Proposta de doação de acervo documental e bibliográfico ao Arquivo Municipal e à Biblioteca Municipal de Ourém Informação n.º 32/16, de 17 de março, da Chefe da Divisão de Ação Cultural (DAC);
- = Proposta de doação de espólio de oficina de encadernação Informação n.º 33/16, de 23 de março, da DAC;
- = Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas Proposta de atribuição de apoio financeiro
- Informação n.º 25/16, de 02 de março, da Chefe da DAC;
- = Proposta de programação cultural e museológica do Antigo Edifício dos Paços do Concelho Informação n.º 34/16, de 24 de março, da Chefe da DAC.

8. DIVISÃO DE TECNOLOGIAS, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

= Segurança dos Sistema informáticos — Informação n.º 01/16, datada de 18 de março de 2016, do Chefe da Divisão de Tecnologias de Informação e Comunicação.

9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidentes de viação Pedidos de indemnização:
 - 1. Processo registado sob o n.º 7424/2015, de Aldina Maria Santos Gonçalves, sobre acidente ocorrido na Estrada de Minde, em Fátima, no dia 22/03/2015;
 - 2. Processo registado sob o n.º 23.430/2015, de Pedro Pereira Rodrigues, sobre acidente ocorrido na Rua dos Álamos, nesta Cidade, no dia 17/09/2015.

Câmara Municipal de Ourém, 29 de março de 2016

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 18-03-2016 a 31-03-2016

Processo nº	Requerente	Local
Req ^o 2142/2015	Alberto Bento Marques e Outro	Rua Principal – Amieira – freguesia de Urqueira
264/2015	Associação Social e Cultural de Fontainhas de Seiça	Estrada de Seiça – Fontainhas – freguesia de Seiça
Reqº 282/2016	Faustino da Purificação de Oliveira	Largo Frei Luís de Sousa – nº 9 – Gondemaria – da união das freguesias de Gondemaria e Olival
86/2015	Joaquim da Silva Duarte	Estrada do Vale – Canhardo – freguesia de N ^a Sr ^a das Misericórdias
329/2015	Maria de Lurdes das Neves Lopes	Rua de Santo António – Caxarias – freguesia de Caxarias
177/2014	Mármores do Castelo, Lda.	Laranjeiras – freguesia de Nª Srª das Misericórdias
Reqº 459/2016	Transportes Broliveira, Lda	Estrada da Lagoinha – Areias – Gondemaria – da união das freguesia de Gondemaria e Olival
Reqº 460/2016	Transportes Broliveira, Lda	Rua das Areias – Gondemaria – da união das freguesia de Gondemaria e Olival

Ourém, 01 de abril de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 18/03/2016 a 31/03/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
8247	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima	Peditório
7950	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias- Capela de Vilar dos Prazeres	Licença de ruído
5986	Trevomagnólia, Lda.	Licença de Publicidade
7987	Hotel Santo António de Pádua, Lda.	Inspeção de elevador
7393	Administração do Condomínio	Inspeção de elevador
7893	World Apostolate of Fátima USA, inc, Representação Permanente	Inspeção de elevador
7873	Pacis Vrbs, Lda.	Inspeção de elevador
7878	Condomínio do edifício São Paulo	Inspeção de elevador
7249	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Caxarias	Licença de ruído
15450	Elisete Manuela Gaspar Inácio	MCP - RJACSR
28873	Manuel Baptista Pereira	MCP - RJACSR
7963	Administração do Condomínio Edifício Fonte Nova	Inspeção de elevador
8144	Hotel Santo Amaro, Lda.	Inspeção de elevador
8822	Montamora Sport Club	Manifestação Desportiva
7268	União de Ciclismo de Leiria	Manifestação desportiva
9500	Ourémotor Club 4x4	Manifestação desportiva

Ourém, 01 abril de 2016

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



Protocolo de cooperação

Dado que cabe ao Município de Ourém a satisfação das necessidades da comunidade local, designadamente através do apoio a instituições particulares de solidariedade social, às escolas, às estruturas de saúde, importa contribuir para a concretização de respostas dirigidas às necessidades da comunidade, desde as crianças e jovens à comunidade adulta.

Considerando:

- a) as competência do Município ao nível da educação, saúde e bem-estar;
- as competências do Agrupamento de Escolas Conde de Ourém, nomeadamente ao nível da saúde escolar;
- c) que Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa, adiante designada AEFML, tem interesse em realizar o Rastreio AEFML no Município de Ourém, iniciativa que desenvolve há vários anos, no âmbito das múltiplas atuações do seu plano de ação, que integra Rastreios Cardiovasculares, Formações, Ações de Sensibilização e Mini-Hospital dos Pequeninos;
- d) que as aprendizagens e conhecimentos adquiridos pela população-alvo, através das diversas atividades desenvolvidas pelos diversos participantes, são úteis do ponto de vista da saúde pessoal e comunitária.

É celebrado o presente Protocolo entre:

A ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA FACULDADE DE MEDICINA DE LISBOA, com sede na Avenida Professor Egas Moniz, Hospital de Santa Maria – Piso 01 1649-035 Lisboa, adiante designada por AEFML, como primeiro outorgante, representado pelo Senhor Presidente José Correia.

O **MUNICÍPIO DE OURÉM**, com sede na Praça D^a Maria II, n^o 1, 2490-499 Ourém, adiante designada por MUNICÍPIO, como segundo outorgante, representado pelo Senhor Presidente Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca.

O **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CONDE DE OURÉM**, com sede na Rua Comandante Joaquim da Silva, 2490 – 529 Ourém, adiante designada por AECO, como terceiro outorgante, representada pela sua Diretora, Senhora Micaela Abrantes dos Santos Durão.

Estabelecido pelas cláusulas seguintes:



Cláusula 1ª

Compromissos da AEFML

- 1. É da responsabilidade da AEFML formar os diversos participantes na atividade;
- 2. A AEFML fará a estruturação da calendarização da atividade;
- 3. O material necessário à realização das diferentes dinâmicas, nomeadamente os rastreios cardiovasculares, as ações de sensibilização e a instalação de um Mini-Hospital dos Pequeninos, será providenciado, requerido e planificado pela AEFML;
- 4. Todos os participantes apresentarão postura digna nas suas diversas ações rastreantes.
 - 5. Os participantes cumprirão os horários estabelecidos previamente;
- A AEFML servirá de intermediária entre as informações prestadas pelo MUNICÍPIO e os participantes do Rastreio;
- 7. A AEFML respeitará e cuidará todo o estabelecimento e material emprestado por parte do MUNICÍPIO ou seus parceiros;
- 8. A AEFML certificar-se-á que todas as dinâmicas e atividades serão pensadas e posteriormente desenvolvidas com o fim de beneficiar a população-alvo;
- 9. As atividades realizadas servirão não só para formar jovens estudantes de Medicina no âmbito de ações de Saúde Pública e Sexual, mas também para os enriquecer pessoal e humanamente, tornando-os mais despertos e conscientes para realidades mais isoladas;
 - 10. Divulgação municipal nos materiais promocionais, utilizados pela AEFML.

Cláusula 2ª

Compromissos do MUNICÍPIO

- O MUNICÍPIO compromete-se a transportar os estudantes entre a Faculdade de Medicina de Lisboa e cidade de Ourém, assim como a garantir transporte para as viagens às Juntas de Freguesia alvo de rastreios e/ou ações de formação, quando a distância o justificar;
- 2. O MUNICÍPIO facultará alojamento para os participantes durante os dias do Rastreio, concretamente entre os dias sete e dez de abril de dois mil e dezasseis;
- 3. O MUNICÍPIO fornecerá pequeno-almoço, almoço e jantar durante os dias do Rastreio, exceto naqueles que foram assumidos pelo terceiro outorgante;
- 4. O MUNICÍPIO facilitará o contacto com instituições úteis para a realização do Rastreio AEFML;
- 5. O MUNICÍPIO compromete-se a informar a organização do Rastreio relativamente a todas as indicações necessárias à realização do mesmo;



6. O MUNICÍPIO mostrar-se-á disponível para escutar e solucionar as dúvidas e adversidades encontradas pela AEFML durante o Rastreio.

Cláusula 3ª

Compromissos do AECO

- O AECO compromete-se a disponibilizar alimentação aos elementos da AEFML, no dia sete de abril de dois mil e dezasseis (jantar) e no dia oito de abril de dois mil e dezasseis (almoço);
- 2. O AECO compromete-se a transportar os elementos da AEFML aos locais de realização das formações aos alunos, durante o dia oito de abril de dois mil e dezasseis;
- 3. O AECO compromete-se a dar apoio técnico e logístico à implementação de ações a realizar na escola.

Cláusula 4ª

Vigência

1. O presente protocolo entra em vigor imediatamente após a sua aprovação pelos três outorgantes e tem validade até ao último dia do rastreio, nomeadamente dia dez de abril de dois mil e dezasseis.

Ourém, de abril de 2016

Pela Associação de Pelo Município de Ourém Pelo Agrupamento de Escolas Conde de Ourém Medicina de Lisboa

José Correia Paulo Alexandre H. de Oliveira Micaela Durão, (Presidente) Fonseca (Diretora)

(Presidente)